



**Sindicato dos Professores da Região Centro**

## **Os professores fazem falta nas escolas e ao país!**

# **Contra a extinção deliberada de postos de trabalho!**

As sucessivas medidas impostas pelo MEC, orientadas para a redução drástica da despesa pública, provocando o aumento brutal do desemprego e da instabilidade de milhares de profissionais docentes, terão um impacto extremamente negativo no país, no sistema educativo e nas escolas.

Medidas como a criação de mais 150 mega-agrupamentos, o encerramento de mais 239 escolas do 1.º ciclo do ensino básico, a revisão da estrutura curricular e a aprovação das matrizes que dela decorrem, o aumento do número de alunos por turma, o encerramento dos CNO, a extinção ou redução drástica de ofertas educativas e formativas, as novas regras para a organização do ano lectivo 2012/2013, entre outras, provocarão uma significativa quebra da qualidade do ensino e colocarão em causa o normal funcionamento das escolas, retirando-lhes recursos que são fundamentais para apoiarem, adequadamente, os seus alunos.

É, pois, com grande apreensão e preocupação que o SPRC antevê o arranque e o desenvolvimento do próximo ano lectivo e, igualmente, o futuro profissional e pessoal de milhares de docentes.

Só na região centro, recorrendo a uma amostra correspondente a 1/3 das escolas/agrupamentos, o número de professores que ficarão no desemprego ultrapassa o milhar e o número de professores com "horário-zero" é de cerca de 2.500. Tal, constitui o mais violento ataque ao emprego e à estabilidade profissional dos docentes de que há memória, podendo atingir, nas duas situações descritas, caso o MEC não recue nas suas intenções,

mais de 9.000 professores só na região centro (menos 3.100 contratações e mais de 6.000 professores com ausência da componente lectiva).

Assim, os docentes presentes na Concentração Regional realizada em Coimbra, a 25 de Julho de 2012, repudiam as medidas em curso, por corresponderem, unicamente, a objectivos financeiros que não têm em conta os superiores interesses da Educação e reafirmam que todos os professores e educadores que o governo quer despedir fazem falta nas escolas para que se construa um sistema educativo de qualidade para todos.

É em nome desse imperativo democrático e de justiça social que os presentes exigem:

1. A vinculação dos docentes contratados, com produção de efeitos no início do próximo ano escolar, de acordo com as regras estabelecidas pela lei geral;
2. A atribuição de serviço lectivo efectivo (mínimo de 6 horas lectivas) a todos os docentes dos quadros;
3. A redução do número máximo de alunos por turma, no mínimo para os valores que vigoraram até ao final do ano lectivo que agora termina e, no caso do 1.º Ciclo do Ensino Básico, até 2010/2011;
4. A suspensão de vigência da revisão da estrutura curricular e início de um amplo debate que permita, dentro de um ano, realizar uma verdadeira reorganização curricular;
5. A alteração de disposições do despacho de organização do próximo ano lectivo, designadamente a reposição das horas para a direcção de turma, a atribuição de créditos de horas por Escola Secundária e EB 2,3 e não por "mega-agrupamento" e o reforço de horas em todas as escolas, sem penalização das mais desfavorecidas;
6. A homologação de agrupamentos ou agregações de escolas e/ou agrupamentos apenas nos casos em que para tal exista consenso entre autarquia, conselhos gerais das escolas/agrupamentos envolvidos e administração educativa.

Coimbra, 25 de Julho de 2012